

1ª. Invasão.

Condomínios em expansão

THYAGO ARRUDA

Terracap constata crescimento de áreas irregulares após TJDF apoiar venda direta

A fiscalização da Terracap detectou um aumento nas construções de casas em terrenos irregulares na região da Colônia Agrícola Vicente Pires, loteamento próximo a Taguatinga, depois que o presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF), José Jeronimo Bezerra de Souza, declarou a legalidade da venda sem licitação de lotes em condomínios. A denúncia foi feita ontem, por telefone, pela presidente da Terracap, Maria Júlia Silva, ao Ministério Público do DF (MPDF).

Maria Júlia disse a integrantes da Promotoria da Ordem Urbanística (Proureb) que está preocupada com as recentes declarações do magistrado. Segundo ela, quando o presidente do TJDF fala, a população interpreta como uma decisão da Justiça. Esse posicionamento acaba incentivando a grilagem, concordam integrantes do Ministério Público.

Na avaliação dos promotores, os especuladores acabam se aproveitando das facilidades garantidas aos moradores para fazer bons negócios. A libera-



Especuladores estariam se aproveitando das facilidades garantidas aos moradores de condomínios para negociar lotes

ção da venda direta, sem concorrência, também encoraja quem comprou terreno irregular, e preservou a área, a investir recursos em edificações porque essas pessoas sabem que não vão perder o investimento.

Nas últimas semanas, o

presidente do Tribunal de Justiça tem sustentado que a venda direta dos terrenos em área pública é constitucional. O desembargador acredita que a Lei 9.262/96, que autoriza o Poder Público a vender os terrenos sem licitação, de autoria dos deputados José Roberto Arru-

da (PFL-DF) e do distrital Augusto Carvalho (PPS), só não é aplicada por falta de vontade política.

O problema é que a lei que prevê a venda dos terrenos aos moradores considerados compradores de boa-fé está sendo questionada na Justiça. O Ministério Pú-

blico Federal ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF). Ainda não há decisão final sobre o assunto. Maria Júlia não foi encontrada para comentar as declarações ao Ministério Público do DF.